

A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES

Maria Amélia Silva Nascimento¹

Resumo: Este trabalho busca evidenciar as minhas percepções e reflexões iniciais em torno da militarização da educação, tendo por base a militarização das escolas e a implantação do Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim) e Escolas Cívico-Militares (Ecim). A condição de professora-pesquisadora efetiva de uma escola municipal recém-militarizada no interior da Bahia é o que justifica a motivação e o compromisso em pesquisar essa temática. Nesse contexto tem sido possível desenvolver reflexões sobre o processo de *docilização* dos corpos discentes, o *enquadramento de suas memórias* e o provável *apagamento de luzes* do processo social mais democrático, o que pode evidenciar a configuração de uma geração mais subalternizada e silenciada tanto na atualidade quanto futuramente. Tais reflexões têm por base os estudos de Paulo Freire (1996, 2005), Adorno (1995, 2019), Pollak (1989), Didi-Huberman (2011), Foucault (2014) e outros. Esse movimento reflexivo me leva a crer que a acelerada militarização de escolas públicas brasileiras figura como uma estratégia de controle dos sujeitos, por meio dos seus corpos e suas ideias.

Palavras-Chave: Escolas Cívico-Militares. Educação. Docilização dos corpos. Memórias enquadradas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a implantação dos primeiros colégios militares ocorreu há bastante tempo², sendo por meio do Exército, da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de Pesquisa 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientadora Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Endereço eletrônico: masnascimento22@gmail.com.

² *Histórico da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)*. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Marinha, da Aeronáutica e do Corpo de Bombeiros, em que o objetivo principal, à época, era a formação em diferentes funções para compor as corporações desses organismos do estado. Posteriormente, vários Estados também institucionalizaram Colégios Militares vinculados às Secretarias de Segurança Pública (SSP) dos estados, de modo que a quantidade de implantação desses colégios tem crescido bastante no século XXI. Sobretudo quando passou a ocorrer vários movimentos antidemocráticos que desencadearam o Impeachment de Dilma Rousseff e a vitória do atual governo federal.

A proposta para a implantação das Escolas Cívico-Militares (Ecim) é recente, muito embora já viesse ocorrendo um discurso em favor da ampliação do ensino militar, inclusive foi uma das promessas da campanha do presidente eleito em 2018. De modo que se tornou oficial a partir da publicação do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, que, no artigo 16, cita a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-militares como o setor responsável para implantação e fomento dessas escolas a partir do Pecim.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi oficializado pelo decreto nº 10.004, 05 de setembro de 2019, porém, desde o início desse mesmo ano, já vinha ocorrendo o aumento vertiginoso do número de escolas militarizadas em todo país. Principalmente pelo fato de que não somente os estados podem militarizar suas escolas, mas também a terceira instância administrativa, no caso os municípios, tornaram-se aptos para adotar o “modelo” militar para as escolas municipais. Cito como exemplo o que aconteceu na Bahia no dia 10 de agosto de 2018³,

³ Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/convenio-vai-permitir-a-municipios-usar-metodologia-de-ensino-dos-cpms>. Acesso em 18 de abril de 2019.

quando o governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), celebrou um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria da Polícia Militar da Bahia (SSP/BA) e a União dos Municípios da Bahia (UPB), ou seja, a partir dessa data os prefeitos baianos passaram a ter respaldo legal para militarizar escolas municipais.

Para justificar a implantação da militarização na educação, vários governistas e seus secretários, além de outros sujeitos sociais, propagam o discurso de que a metodologia disciplinar das Escolas Militares é o caminho para combater a violência escolar, as drogas, a vulnerabilidade social e o baixo nível de aprendizagem, revelado principalmente pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dentre outros problemas no âmbito educacional. Inclusive, é oportuno lembrar um trecho da fala do atual Presidente da República, que foi divulgado pela revista Exame em agosto de 2020:

Geralmente quem entra nessas escolas (cívico-militares) são os filhos dos mais pobres. E é uma maneira de nós mostrarmos que queremos realmente resgatar o pobre — não apenas através de projetos sociais, que em grande parte, não resgatam — é dando-lhes o devido conhecimento (BOLSONARO, 2020).

Outro discurso que demonstra a supervalorização do ensino militar como alternativa para as escolas municipais foi proferido pelo prefeito do município baiano de Bom Jesus, Eures Ribeiro, no dia da assinatura do acordo de cooperação técnica entre a SSP/BA e a UPB:

Esse é um marco para a educação da Bahia. Quero agradecer ao governador pela sensibilidade de entender a importância desse passo para a educação do nosso estado, onde estamos perdendo vidas para as

drogas e a violência que já ultrapassou os muros das escolas (RIBEIRO, 2018)⁴.

Esses e outros discursos têm sido propagados com frequência nos últimos anos, o que, por certo, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de uma espécie de consenso, em que vários segmentos da sociedade se mostram favoráveis à implantação do ensino militar nas escolas. Principalmente pela rígida disciplina e também pelo nível de desempenho dessas escolas no IDEB⁵, em comparação a outras não militarizadas, muito embora esse desempenho precise de um debate amplo, já que a estrutura física, bem como a formação docente e outros recursos se diferenciam de alguns colégios não militares, além do que várias escolas treinam os alunos para fazer os exames externos, e conseqüentemente potencializam a competitividade entre as instituições escolas⁶.

Dentre os argumentos que têm justificado a militarização de escolas, a questão da disciplina e da indisciplina escolar tem ocupado lugar de destaque entre os estudiosos, sobretudo do campo da didática. Contudo não será possível neste texto argumentar de modo mais abrangente. Mesmo assim, considero importante apresentar algumas reflexões, pois entendo que a disciplina seja indispensável ao processo ensino e aprendizagem, porém, é oportuno questionar: qual a nossa compreensão sobre

⁴ Eures Ribeiro, prefeito de Bom Jesus. Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/convenio-vai-permitir-amunicipios-usar-metodologia-de-ensino-dos-cpms>. Acesso em 18 de abril de 2019.

⁵ Compromisso Nacional Pela Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_PPT-Cafe-da-manha-EB-converted.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

⁶ *Análise da qualidade do IDEB como índice de desenvolvimento da educação básica: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ*. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/KESIA-SILVA-TOSTA.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

disciplina, que tipo de *disciplina* desejamos para as escolas, ou na educação como um todo?

Convém dizer que a disciplina não deve ser vista ou confundida como castigos, ela deve ser concebida como uma espécie de dispositivo essencial na construção das relações humanas, sobretudo entre os educadores e educandos, em que o processo educativo seja desenvolvido com firmeza e dignidade para a formação de sujeitos autônomos (ANTUNES, 2005).

De acordo com Garcia (1999), não tem como se atribuir uma única causa para a indisciplina, ela é gestada a partir de um conjunto de fatores sociais. Nesse sentido a escola é o lugar do encontro de diferentes sujeitos e culturas, portanto, bastante plural. Logo, a escola é o espelho da sociedade. Esse é um aspecto fundamental para que possamos compreender melhor as causas da indisciplina e buscarmos soluções plausíveis.

Considero que a ampla militarização da educação não será o caminho para resolver os problemas que desencadeiam a indisciplina escolar. Vale lembrar que os alunos que não se adequam à metodologia militar das ECIM são obrigados a sair da escola, e muitos desses alunos não encontram outras escolas no seu entorno para continuar seus estudos, fato que certamente pode ocasionar outros problemas sociais, a exemplo da exclusão. Diante disso, convém citar o que nos diz Vasconcellos (1997, p. 248).

Sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela, seja para se orientar, seja para poder opor-se (o conflito com a autoridade é normal, especialmente no adolescente), no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro.

Vasconcellos propõe que a escola não seja desprovida de autoridade, pois ela é necessária para que o processo educativo seja bem sucedido. A autoridade, portanto, se configura como uma espécie de compromisso que os sujeitos devem acordar, não somente no âmbito educacional, mas em qualquer outra instituição social. Inclusive, a autoridade é uma possibilidade para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. No entanto, é evidente que exista uma tensão nas discussões referentes à concepção de autoridade, sobretudo na atualidade, em que os discursos oriundos de setores governistas, dentre eles o setor educacional, a palavra autoridade serve para camuflar o autoritarismo (FREIRE, 1996).

Nesse sentido a proposta da ampla militarização da educação básica brasileira, tendo como pano de fundo os argumentos acima mencionados tem me levado a pensar em que medida a prática disciplinar das escolas militarizadas se relaciona com o autoritarismo. Essa foi a questão principal que motivou a elaboração do meu Projeto inicial de Tese aprovado no Programa em Crítica Cultural (Pós-Crítica) no ano em curso, e que vem ressoar na construção deste trabalho, a partir de um recorte que foi possível fazer a partir das leituras realizadas no componente curricular CCULT180 Laboratório de Crítica Cultural II: Narrativas e Modos de Vida no semestre letivo 2021.1.

A FUNÇÃO DA DISCIPLINA MILITAR SOBRE OS CORPOS DISCENTES

Em tempo, é oportuno evidenciar que sou professora efetiva de uma escola municipal de grande porte, situada no interior da Bahia, que atende ao ensino fundamental, séries finais, e que no início do ano letivo de 2019 foi militarizada. Desse modo, a minha narrativa se origina das próprias experiências e memórias e que tem proporcionado importantes descobertas, a partir do

constante exercício reflexivo, com ressonância no processo inicial de tese e também autoformação (ARFUCH, 2010).

As Ecim adotam a metodologia disciplinar em consonância com a proposta dos colégios militares, que por sua vez são compostas por regras rígidas de enquadramento dos estudantes das escolas militarizadas. Nesse sentido, Michael Foucault (2014), a partir da obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, tem proporcionado a ampliação de reflexões em torno dos efeitos da disciplina militar sobre os corpos dos discentes.

O conjunto de regras que determina a disciplina nas Ecim está contido nos documentos oficiais, como regimentos, cartilhas e outros, as determinações enquadram todos os sujeitos dentro de um padrão de comportamento e postura corporal, bem como a padronização da estética a partir do uso do fardamento devidamente alinhado, cabelos masculinos devidamente cortados, limitações quanto ao uso de acessórios (no caso dos homens, não é permitido usar brincos, no caso das mulheres, os brincos e maquiagens precisam ser bastante discretos), os cortes e penteados dos cabelos femininos também necessitam obedecer aos padrões, dentre outras recomendações. Ou seja, pensar na padronização dos sujeitos em um país com a diversidade étnica, cultural e religiosa como o Brasil é uma questão bastante preocupante, pois os jovens estudantes que não se enquadram nessas regras são considerados indisciplinados, e os corpos indisciplinados precisam ser transformados em *corpos dóceis* para caber nessas escolas.

Para ser um corpo disciplinado, os alunos necessitam negar suas origens. Por exemplo: nos últimos tempos, tornou-se mais visível a presença de meninos e meninas *black power* assumidos, os cabelos, inclusive, têm sido um dos meios que revela a identidade étnica e racial. Sobre essa questão, vou citar o que tenho observado na escola em que trabalho: a partir da sua

militarização, todos os alunos foram obrigados a cortar seus cabelos padronizados e as alunas que tinham cabelos crespos e volumosos, ou alisaram, ou também cortaram, ou penteiam de um jeito que fiquem devidamente encaixados ou enquadrados nos bonés, conforme o que determina as regras disciplinares. Essa é só uma das percepções que me ajudou a pensar o quanto os corpos vêm se tornando *docilizados* e submissos, conforme argumenta Foucault (2014, p. 134), “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Nessa mesma escola, as regras disciplinares são lembradas para os alunos quase constantemente, tanto em sala de aula, quando o diretor disciplinar por algum motivo pede licença ao professor para conversar com os alunos sobre alguma situação referente ao descumprimento de regras, mas, sobretudo nos horários da chegada dos alunos à escola, quando todos são organizados em filas. Essas filas são denominadas pelos diretores disciplinares como sendo *entrar em forma*. Nesse momento, geralmente são feitos os comentários sobre algum aluno que descumpriu regras. O objetivo é expor esse sujeito ao público, para que o mesmo se sinta constrangido diante dos colegas e não volte mais a infringir essas regras. Também é nesse momento que todos são avaliados com relação ao uso correto do fardamento, cortes e penteados dos cabelos, adereços, higiene pessoal e postura. Geralmente todos os dias o hino Nacional é executado, bem como outros hinos, da Bahia, da bandeira, do soldado e do município podem ser entoados. Além disso, palavras de ordem são verbalizadas em tom bastante forte pelo diretor ou coordenador disciplinar. Cumpre dizer que essas palavras de ordem são repetidas em coro pelos estudantes várias vezes, inclusive considero que praticamente todas as frases/comandos não têm nenhum valor pedagógico, mas certamente tem uma estratégia simbólica de doutrinação.

Acredito que todos esses procedimentos cotidianos fazem parte de um contexto que visa à *correção* dos sujeitos, tornando-os *docilizados, submissos e utilitários* para a constante manutenção de uma hierarquia de poder autoritário, alojado em um setor estratégico do Estado que é a educação (FOUCAULT, 2014).

É imprescindível refletir sobre o real objetivo da expansão vertiginosa da metodologia militar para as escolas públicas brasileiras nos últimos anos. Qual será o impacto da disciplinarização militar sobre as atuais e futuras gerações? Para que militarizar a educação, principalmente as escolas municipais suburbanas, camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas? Qual o sentido da ampla militarização para uma grande parte de alunos que não almeja seguir a carreira militar? Qual o sentido de uma escola militarizada para o filho de camponês que é presidente de uma associação rural, ou outros que residem em áreas de assentamento de Reforma Agrária? São muitas perguntas que necessitam de respostas.

De acordo com Foucault (2014), a disciplina proporciona a potencialização de corpos fortes e utilitários, ao passo que também os torna frágeis em termos reflexivos e políticos, ou seja, estrategicamente existe a inversão na capacidade de atuação desses sujeitos na sociedade, e esse certamente é um dos objetivos da militarização escolar, pois é importante que os mandatários e seus sectários possam contar cada vez mais com pessoas submissas, *dócieis* e pouco capazes de refletir sobre o seu lugar na estrutura social, bem como questionar a violação de seus direitos, que tem se tornado corriqueiro na atualidade.

A RESSONÂNCIA DA DISCIPLINA MILITAR NO ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA DISCENTE E NO APAGAMENTO DE LUZES DA DEMOCRACIA

Apesar de haver uma ampla discussão e diversos fundamentos teóricos relacionados à concepção da palavra memória, considero que esse assunto torna-se uma questão de fundamental importância para ser estudado no contexto das Ecim, visto que, de modo geral, podemos dizer que a memória é construída a partir das diversas experiências das pessoas ao longo de suas vidas e que resulta no armazenamento de um conjunto de saberes e impressões que podem ser mantidos ou modificados ao longo de suas vidas (FERREIRA, 2010).

A abordagem do termo memória neste trabalho tem respaldo a partir dos estudos de Michael Pollak, no seu texto “Memória, Esquecimento e Silêncio” (1989) que apresenta algumas abordagens sobre a questão da memória, mas, sobretudo me interessa refletir sobre dois aspectos que são: *a memória em disputa* e o *enquadramento da memória*, pois considero esses termos fundamentais para ampliar as discussões sobre as estratégias de ampliação das Ecim, principalmente para o âmbito municipal de ensino.

Como já foi dito no início deste texto, a implantação do Pecim, que tem resultando na ampliação vertiginosa das Ecim, foi gestada a partir de um discurso alinhado por governistas e setores estratégicos da sociedade, sempre com o objetivo proferidos por uma parte significativa de deputados federais e estaduais, governadores, senadores, ministros, bem como os presidentes da República nos últimos anos, têm enaltecido um dos períodos mais sombrios da história brasileira, que foi a Ditadura Militar, e não resta dúvida que foi a partir da massificação desses discursos que projetos como Educação Domiciliar, Escola Sem Partido e o Programa das Escolas Cívico-Militares, dentre outros, foram

gestados. Nesse sentido, esses discursos têm como objetivo a construção de uma memória coletiva, receptiva e adepta a disciplina militar, ou seja, o atual presidente e seus correligionários buscam o apagamento das memórias construídas por meio de pesquisas e documentos sobre o que foi a ditadura militar que se tornaram documentos oficiais e de natureza científica.

Esse contexto ilustra a *memória em disputa* (POLLAK, 1989), pois temos visto constantemente os conflitos entre grupos sociais e setores do governo, vale citar que os grupos minoritários têm reerguido suas bandeiras de lutas e são combatidos veementemente para que suas memórias continuem *subterrâneas*, o que não tem sido diferente com os sujeitos das Ecim, sejam eles professores e alunos, que passam a ser enquadrados dentro dessa memória que está sendo construída pelos militares e seus adeptos. Inclusive a pedagogia freiriana é combatida juntamente com a possibilidade de uma escola mais inclusiva, participativa e democrática.

Esse investimento de revigorar o militarismo, como sendo um modelo para manutenção da ordem social e da disciplina escolar é uma estratégia consciente de grupos autoritários no sentido de provocar na sociedade o desejo de pertencimento a uma *Pátria Amada Brasil*. De acordo com o que diz Pollak (1989, p. 7) “[...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”.

Considero que a institucionalização das Ecim pode se configurar como sendo um espaço frutífero para o *enquadramento de memórias*, pois o constante trabalho desenvolvido pelos diretores e coordenadores disciplinares se

baseia na rotina de regras bem definidas para comportamento e arguição dos estudantes.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade [...] (POLLAK, 1989, p. 7).

Penso que justamente a função da disciplina militar amplamente institucionalizada nas escolas é contribuir para o processo formativo de sujeitos subalternos, para constituir uma sociedade disciplinada e *coesa*, bastante necessária para a manutenção do *status quo*, de grupos autoritários na gestão de setores estratégicos. Diante disso, causa-me preocupação pensar nas atuais e futuras gerações, principalmente porque não imaginava que grupos autoritários ou fascistas voltassem a ocupar tão rapidamente o poder central brasileiro, pois o que se vê na atualidade é o ressurgimento pujante desses grupos autoritários marcados pelo discurso do ódio e da violência, e desprezo pelos dispositivos constitucionais. Nesse sentido concordo com o que disse Didi-Huberman (2001, p. 26) sobre o fascismo italiano: “Mas, sobre as ruínas desse fascismo está atrelado o próprio fascismo”.

A busca do *enquadramento das memórias* na perspectiva militar dialoga com a discussão que Didi-Huberman (2011) apresenta em seu livro *Sobrevivência dos Vaga-lumes*, que foi traduzido para o português e publicado pela UFMG na primeira década do século XXI. A obra relembra a metáfora do cineasta Pier Pasolini. A *Sobrevivência dos Vaga-lumes* constitui um texto literário metafórico, político e bastante atual, principalmente quando nos leva a refletir sobre em quais circunstâncias ocorre o desaparecimento dos vaga-lumes. Tomando a realidade brasileira como exemplo, numa perspectiva metafórica, cabe refletir e indagar: quem são os vaga-lumes? Qual o significado das luzes dos

vagalumes e seus constantes lampejos? Quais são os acontecimentos que podem extinguir as luzes dos vaga-lumes? Quais são as consequências do apagamento dessas luzes?

Penso que todos esses acontecimentos políticos em âmbito nacional representam uma ameaça às luzes que simbolizam a democracia, em que algumas delas já foram apagadas e outras teimam e continuam a existir e reexistir. Nesse cenário, a militarização das escolas se configura como uma engrenagem pronta para executar aos poucos o apagamento das luzes que simbolizam a identidade étnica e racial dos educandos, da participação ativa dos grêmios estudantis, da realização da escolha dos seus gestores escolares pela comunidade, bem como da expressividade e criatividade dos corpos e memórias que lutam para se manter acesas. O modo figurativo de falar dos vagalumes e seus lampejos vêm caracterizar as forças dos grupos sociais que resistem aos poderes autoritários (DIDI-HUBERMAN, 2011).

De outra parte, é oportuno citar os estudos de Adorno (2019), que têm me ajudado a pensar sobre as características que evidenciam governos e sujeitos autoritários, a partir de traços relevantes, a exemplo do desejo pelo poder, ideias e ações rígidas, intolerância com as diferenças e a utilização de estereótipos, tanto no pensamento quanto no comportamento para prevalecer suas ideias.

Cabem também nessa discussão as ideias do pensador brasileiro e patrono da nossa educação Paulo Freire, visto que o conjunto de sua obra representa a proposta de uma educação na perspectiva da emancipação, que privilegia a criatividade, a criticidade para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva dos sujeitos sobre o lugar que ocupa na sociedade. Nesse sentido, o legado de Freire vai de encontro à educação bancária, que busca o enquadramento e silenciamento dos sujeitos e que nos lembra a metodologia militar e nos convoca a pensar em

estratégias para combater processos autoritários que têm como objetivo apequenar a educação pública brasileira e consequentemente fragilizar a nossa jovem democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A militarização de vários setores do Estado brasileiro é uma realidade na atual conjuntura, e como foi abordado neste trabalho, o setor educacional é o setor que provavelmente tenha maior percentual de militares ocupando cargos estratégicos, desde o alto escalão até a terceira instância administrativa — os municípios — com a militarização das escolas municipais. Desse modo, a militarização das escolas municipais requer bastante atenção por parte de pesquisadores e dos diversos seguimentos da sociedade civil. Considerando a quantidade de municípios brasileiros, certamente já são bastante expressivos os números de escolas municipais militarizadas.

Ressalto mais uma vez que sou professora de uma escola municipal militarizada. Dessa forma, essa temática me atravessa e motiva a pesquisar e discutir sobre o assunto, sobretudo pelo que pude observar e vivenciar como os *signos* — quando os alunos entram em forma/filas, marcham, batem continência etc. — do militarismo se materializam naquele espaço a partir da rotina diária vivenciada pelos alunos naquele espaço (SAUSSURE, 2012). De modo que essa minha vivência, articulada aos estudos dos teóricos acima mencionados, tem me levado a refletir cotidianamente sobre o contexto educacional brasileiro, principalmente sobre a gestação e implementação do Pecim e a vertiginosa adesão de estados e municípios a esse programa.

Portanto, considero que o Pecim se configura como sendo uma estratégia de hierarquização e verticalização na gestão das escolas, sob a justificativa de que o modelo militar vem resolver o

problema da indisciplina dos alunos e melhorar o desempenho escolar, por meio da docilização e controle dos corpos, enquadramento das memórias, silenciamento e subalternização dos alunos.

O legado de Freire é imprescindível nesse estudo, pois potencializa a compreensão de que a autoridade no campo educacional não deve ser confundida com autoritarismo. Pelo contrário, a autoridade possibilita que os sujeitos desenvolvam o senso de responsabilidade, criticidade, respeito às diferenças e compreendam o lugar que ocupam no mundo, esses sim são indicadores que proporcionam a autonomia de si.

Assim, várias indagações foram e estão sendo formuladas sobre o Pecim e as Ecim: Para quem é destinado esse projeto? Quais são os verdadeiros meios e fins da militarização da educação? Qual é a concepção de educação para os militares? Em que medida os sujeitos (professores, pais e alunos) das ECIM consideram importante a metodologia militar? Essas outras questões tem contribuído para seguir o processo da pesquisa. Visto que a militarização das escolas é uma problemática recente, carece, portanto, de tempo para a obtenção de resultados mais consistentes cientificamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. COSTA, Virginia Helena Ferreira da (Org.). Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ANTUNES, Celso. *A linguagem do afeto: como ensinar e transmitir valores*. Campinas, SP: Editora Papirus, 2005.

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Indisciplina na Escola. Alternativas Teóricas e Práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 35-82.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

BRASIL. *Decreto nº 9.465*, de 2 de janeiro de 2019. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. *Compromisso Nacional pela Educação Básica*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/11.07.2019_PPT-Cafe-da-manha-EB-converted.pdf. Acesso em 12 de jul. de 2019.

BRASIL. *Decreto nº 10.004*, 05 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 06 de set. de 2019.

BRASIL. *Portaria nº 2.015*, de 20 de novembro de 2019 — Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares — Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar — Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaq̃a-lumes*. Trad. Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Revisão Consuelo Salomé. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, p. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalheite. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GARCIA, Joe. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. Curitiba, n. 95, jan./abr. 1999, p. 101-108.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 3, v. 2, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Org. Charles Bally e Albert Schehaye. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Bliskstein. 28 ed. São Paulo: Cutrix, 2012.

VASCONCELLOS, Celso S. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1996.

VASCONCELLOS, Celso. *Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola*. Série Ideias n. 28. São Paulo: FDE, 1997.p. 227-252. Disponível em: <http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/indi.pdf>. Acesso em 20 jul. 2021.